

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.640 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 13 DE FEVEREIRO DE 2003



Paulo Paim formalizará pedido para constituição de comissão mista

José Cruz

Paim sugere comissão para estudar alterações na CLT

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim, anunciou ontem que começaria a negociar um acordo para a retirada do projeto que flexibiliza a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a criação de comissão mista especial a fim de estudar nova proposta de reforma trabalhista. Paim deve encontrar-se com o ministro do Trabalho, Jacques Wagner, e conversar com as lideranças dos diversos partidos na Casa.

PÁGINA 4



Rosevelt Pinheiro

Hélio Costa: multa de R\$ 6 milhões mensais impede investimento em escolas e hospitais

Hélio Costa quer perdão de multa aplicada a Minas Gerais

PÁGINA 4



Jane de Araújo

Serys Shessarenko: Conselho da Mulher-Cidadã deve ter nova composição na próxima semana

Serys espera que conselho da mulher seja indicado logo

PÁGINA 3

Partidos completam a indicação para comissões

Por decisão das lideranças do PDT e do PMDB, Osmar Dias comandará Educação e Ney Suassuna, Fiscalização e Controle

O líder do PMDB, senador Renan Calheiros, informou ontem que prosseguiriam as reuniões internas dos partidos e, em seguida, com a liderança do PT, para decidir sobre o comando da Comissão Mista de Orçamento, uma das mais importantes do Congresso. Os presidentes das demais comissões do Senado já foram indica-

dos. Na próxima terça-feira, durante sessão do Plenário, o presidente do Senado, José Sarney, deverá designar os novos integrantes das comissões permanentes, acatando as indicações formalizadas pelas lideranças partidárias, segundo o critério de proporcionalidade na composição das bancadas.

PÁGINA 3



Jane de Araújo

O ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, conversa com Sarney na Presidência do Senado

José Dirceu e Sarney discutem integração do PMDB ao governo

Ministro-chefe da Casa Civil e presidente do Senado debatem participação do PMDB na base governista. José Dirceu destacou que o governo está empenhado em realizar um pacto nacional.

PÁGINA 2

Reforma do Judiciário deve voltar ao exame da CCJ

PÁGINA 3

Sarney e Dirceu debatem apoio do PMDB ao governo

Para presidente do Senado, partido não quer ficar fora do esforço pela redução das desigualdades. Ele afirmou que reforma política é prioritária para o Congresso e deverá tornar-se marca de sua gestão à frente da Casa

O presidente do Senado, José Sarney, e o ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, José Dirceu, reuniram-se ontem e iniciaram conversações em torno da integração do PMDB à base do governo.

— Não entramos em detalhes, mas conversamos sobre a vontade majoritária do PMDB de integrar a base do governo. O governo está empenhado em realizar um pacto nacional e discutir como diminuir o desnível da sociedade brasileira e o PMDB não pode ficar fora disso — afirmou Sarney.

José Dirceu disse que não procurou o presidente do Senado para negociar cargos com o PMDB, mas ressaltou que o governo “quer e precisa do apoio do partido” no Congresso Nacional.

— Os acordos para a eleição dos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados já indicam uma porta aberta para que o PMDB venha a integrar a base de apoio do governo — observou José Dirceu.

O ministro ainda lembrou que o presidente da República disse que



Sarney também recebeu ontem visita de cortesia do presidente do Partido dos Trabalhadores, José Genoíno

a decisão sobre o valor do novo salário mínimo é política.

— Sabemos das limitações orçamentárias, mas a palavra final é do presidente — concluiu.

Sarney reafirmou que a principal reforma para o Congresso é a política e que já determinou o levantamento de todas as matérias em tramitação. Ele adiantou que pretende procurar o presidente da Câmara dos Deputados, João

Paulo Cunha (PT-SP), para propor uma atuação conjunta das duas Casas nessa questão.

— Pretendo marcar minha passagem por aqui com a reforma política. Nossas instituições políticas são do século 19 e precisam ser modernizadas — explicou.

Em relação às demais reformas — tributária, previdenciária e do Judiciário —, Sarney disse que quanto antes forem encaminha-

das pelo governo ao Congresso, melhor. Ele esclareceu que a reforma do Judiciário enfrenta um problema, pois o Senado foi renovado em dois terços.

— Propus a devolução da reforma para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — lembrou.

MÍNIMO

O senador José Sarney também recebeu a visita do presidente nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), José Genoíno. Na conversa, Genoíno afirmou que a decisão do governo Lula de fixar o salário mínimo abaixo de R\$ 240 ainda não está fechada.

— Deputados e senadores do partido têm o direito de criticar o valor. O governo irá discutir com eles no momento adequado — disse.

Genoíno expressou sua disposição de lutar, junto com o partido, por um aumento maior para o mínimo e pela recuperação de seu valor nos quatro anos do governo Lula. Entretanto, ponderou que o contingenciamento de R\$ 14 bilhões no Orçamento da União, que pode restringir o reajuste pa-

ra R\$ 234, é necessário para manter a governabilidade do país.

REFORMAS

A respeito das prioridades das reformas, Genoíno ressaltou que deverão ser definidas pelas bancadas. O PT já elegeu como prioridades as reformas tributária e previdenciária. Na sua opinião, essas questões devem ter tratamento suprapartidário, ser pactuadas entre a base do governo e a sociedade e discutidas a partir de uma proposta encaminhada pelo governo ao Congresso.

As reformas política e da Previdência também foram abordadas pelo deputado federal Jorge Alberto (PMDB-SE) em encontro com o presidente do Senado.

— O senador Sarney quer trazer a bandeira das reformas para o partido — declarou.

Ex-relator do fator previdenciário na Comissão de Seguridade Social da Câmara, o parlamentar defendeu a unificação dos regimes de previdência; fixação de teto e previdência complementar para o serviço público.

Armando Rollemberg assume Secretaria de Comunicação Social



Na presença de diversas autoridades, Sarney dá posse a Rollemberg (primeiro à esquerda) na direção da SECS

O presidente do Senado, José Sarney, deu posse ontem ao novo diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal, o jornalista Armando Rollemberg. Na cerimônia, Rollemberg se disse estimulado pelo desafio e agradeceu a confiança recebida.

— Chego pronto para somar esforços, para valorizar o trabalho dos colegas da Comunicação. Chego com a tarefa de ampliar, ainda mais, o raio de alcance dos diversos instrumentos de comunicação de que o Senado dispõe — afirmou o novo diretor.

Sarney destacou que “a Comunicação Social é o olhar e também o ouvido do Senado”. Ainda se-

gundo o presidente do Senado, é por meio desse setor que a sociedade pode acompanhar permanentemente o trabalho da Casa, questionar os trabalhos, colaborar com eles e ao mesmo tempo fiscalizá-los.

A solenidade contou com a presença dos senadores Paulo Paim (PT-RS), Maguito Vilela (PMDB-GO) e Eurípedes Camargo (PT-DF), do diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, do ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Paulo Costa Leite, do secretário do DF para Relações Institucionais, Mauro Benevides, do reitor da Universidade de Brasília, Lauro Mohry, entre outras autoridades.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Slhessaenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Serys quer definir logo o Conselho da Mulher-Cidadã

Única mulher a integrar a Mesa do Senado, na posição de segunda suplente de secretário, a senadora Serys Shlessarenko (PT-MT) conversou ontem com o presidente da Casa, José Sarney, sobre a renovação do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã. Com sete membros titulares, o colegiado deverá ter sua nova composição definida na próxima semana, após a indicação de seus integrantes pelos líderes partidários.

— O presidente Sarney disse que havia pensado nisso ontem, já tendo convidado os líderes a escolherem os indicados para o conselho — informou.

A celeridade na indicação dos membros do colegiado é defendida pela senadora petista em função da proximidade do Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março, e da entrega do Prêmio Bertha Lutz, conferido anualmente a mulheres que tenham atuação rele-



Serys Shlessarenko lembrou que Dia Internacional da Mulher se comemora em 8 de março

vante na defesa dos direitos femininos.

Serys admitiu a intenção de participar do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã, mas disse que a indicação caberá ao líder do PT no Senado, Tião Viana (AC). A entrega do Prêmio Bertha Lutz, conforme adiantou, deve ocorrer em março, agraciando cinco mulheres. Até o final do ano passado, mais de 30 indicações para premiação haviam sido encaminhadas ao conselho.

Reforma do Poder Judiciário retornará ao exame da CCJ

O presidente do Senado, José Sarney, comunicou ontem ao presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), juiz Hugo Melo Filho, a decisão, tomada em conjunto com os líderes partidários, de enviar a proposta de reforma do Judiciário para reexame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A informação foi dada pelo juiz, após encontro com o senador.

— Entendemos que essa PEC, da forma como está, não irá promover reforma efetiva do Judiciário, por não contemplar medidas capazes de conferir transparência e democratizar o acesso à Justiça — declarou o magistrado.

Embora defenda a reavaliação de aspectos polêmicos da proposta, como a adoção da súmula vinculante e o mecanismo de controle externo do Judiciário, Hugo Melo Filho acredita que “pontos consensuais e de avanço”, a exemplo da proibição da prática do nepotismo e da promoção de eleições diretas para órgãos especiais dos tribunais, devem ser preservados.

De acordo com o presidente da Anamatra, José Sarney expressou a expectativa de que a reforma do

Judiciário, em tramitação há quase dez anos no Congresso, seja votada pelo Senado dentro de dois meses. Na oportunidade, o juiz do Trabalho também pediu o apoio do presidente da Casa para acelerar a votação do projeto que cria novas varas para a Justiça do Trabalho.

Depois da visita do magistrado, o presidente do Senado recebeu em audiência o diretor do Instituto Vox Populi, João Francisco Meira.

SUPREMO

O senador José Sarney visitou ontem o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Marco Aurélio Mello, em companhia do presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha. Logo após a reunião, Marco Aurélio afirmou que a visita dos representantes do Poder Legislativo foi uma “homenagem ao Judiciário” e sinaliza que “os Poderes da República são como a Constituição quer: harmônicos e independentes”.

De acordo com José Sarney, “Câmara e Senado estão unidos no sentido de, juntamente com o Poder Judiciário, fazer aquilo que a Constituição determina, que é a harmonia entre os Poderes”.

Indicados dirigentes de mais duas comissões

Lideranças partidárias deverão decidir ainda sobre a escolha do nome que vai comandar a Comissão Mista de Orçamento

Após novas reuniões das lideranças partidárias, foram anunciados os nomes dos dirigentes de mais duas comissões permanentes do Senado. Por indicação da liderança do PMDB, a presidência da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) ficará com o senador Ney Suassuna (PB). Já a liderança do PDT escolheu para o comando da Comissão de Educação (CE) o senador Osmar Dias (PR). Coube à liderança peemedebista indicar para a vice-presidência da Comissão de Educação o senador Hélio Costa (MG), e para a vice-presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o senador José Maranhão (PB).

Segundo o senador Renan Calheiros (AL), líder do PMDB, deverão ser realizadas reuniões internas dos partidos e, em seguida, reunião conjunta com a lide-



Ney Suassuna, do PMDB, deverá assumir a presidência da Comissão de Fiscalização e Controle. A Comissão de Educação ficará com Osmar Dias, do PDT



rança do PT, a fim de se decidir sobre o comando da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Pelas regras estabelecidas, a presidência da CMO caberá ao PMDB e a relatoria-geral ao PT. Entretanto, dependendo das negociações, esses postos poderão ser invertidos, em termos de ocupação partidária, ficando a presidência da CMO com o PT e a relatoria com o PMDB.

ATRIBUIÇÕES

A CMO é uma das comissões mais importantes do Congresso Nacional, que tem como principais atribuições examinar a proposta anual de Orçamento da União, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e projetos de lei destinando créditos suplementares, bem como decidir sobre o embargo ou retomada de obras custeadas pelo governo federal.

Novos integrantes serão designados por Sarney no dia 18

O presidente do Senado, José Sarney, deverá designar, na próxima terça-feira, durante a sessão do Plenário, os novos integrantes das comissões permanentes da Casa — titulares e suplentes —, acatando indicações formalizadas pelas lideranças partidárias, segundo o critério de proporcionalidade na composição das bancadas.

Segundo o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, o sistema de composição das comissões do Congresso Nacional tem como maior mérito o de refletir a vontade das urnas, sem causar qualquer prejuízo a um perfeito equilíbrio de forças no Parlamento, contribuindo, de forma notável, para o aprimoramento da democracia no país.

Na quarta-feira, realizam-se, após a ordem do dia do Plenário, as reuniões de instalação das comissões, para eleição dos seus dirigentes — presidentes e vice-presidentes. Essa primeira reunião de cada comissão será presidida pelo parlamentar mais idoso que a integra.

Após assumirem o comando das comissões, os novos presi-

dentos terão um prazo para proceder à distribuição e redistribuição das matérias, designando os novos relatores e definindo a pauta da próxima reunião de trabalho. Segundo a diretora da Subsecretaria de Comissões, Cleide Cruz, esse é um trabalho cuidadoso, que requer, em geral, de uma semana a 15 dias.

COMPOSIÇÃO

Conforme o critério da proporcionalidade entre os partidos, calculada pela Secretaria Geral da Mesa, a composição da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e da Comissão de Educação (CE), cada uma com 27 titulares, ficará assim definida: sete senadores do PMDB, seis do PFL, cinco do PT, quatro do PSDB, dois do PDT, um do PTB, e dois para serem designados em sistema de rodízio entre o PSB, PL e PPS.

As comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e a de Serviços de Infra-Estrutura (CI), com 23 integrantes cada, serão constituídas por seis senadores do PMDB, cinco do PFL, quatro do PT, três do PSDB, um do PDT, um do PTB, um do PSB, um do PL e um do PPS, sendo que cada

partido indicará também o mesmo número de suplentes.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) possui 29 senadores titulares, devendo sete ser do PMDB, seis do PFL, cinco do PT, quatro do PSDB, dois do PDT, um do PTB, um do PSB, um do PL e um do PPS. Sobra ainda uma vaga que deverá ser distribuída, por entendimento das lideranças, fora do critério da proporcionalidade partidária.

As comissões de Relações Exteriores (CRE) e de Legislação Participativa (CLP) são integradas, cada uma, por 19 senadores titulares, dos quais cinco do PMDB, quatro do PFL, três do PT, três do PSDB, um do PDT, um do PTB e dois distribuídos em rodízio para o PSB, PL e PPS. A CRE terá o mesmo número de suplentes. A CLP, contudo, terá somente como suplentes a metade do número de titulares.

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) compõe-se de 17 senadores titulares: quatro do PMDB, quatro do PFL, três do PT, dois do PSDB, um do PDT e um do PTB, distribuindo-se em rodízio mais dois titulares entre o PSB, PL e PPS.

Paim inicia contatos sobre reforma trabalhista

Vice-presidente do Senado deverá realizar encontros com o ministro do Trabalho e Emprego e lideranças partidárias na Casa. Ele pretende propor em seguida a criação de comissão mista especial para estudar o assunto

O senador Paulo Paim (PT-RS), vice-presidente do Senado, anunciou ontem que começará a negociar esta semana o acordo para a retirada do projeto que flexibiliza a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a criação de uma comissão mista especial para estudar e apresentar uma nova proposta de reforma trabalhista. Para isso, o senador deve se encontrar com o ministro do Trabalho e Emprego, Jaques Wagner, e conversar com as lideranças dos diversos partidos na Casa.

Paim afirmou que pretende encaminhar o pedido para a formação de uma comissão especial composta por deputados e senadores na primeira sessão deliberativa do Senado, na próxima semana.

As alternativas regimentais estudadas pelo senador para rever o projeto de flexibilização da CLT aprovado na Câmara dos Deputados apontam para três hipóteses. A primeira é um entendimento com os líderes partidários para que assinem um requerimento de urgência urgentíssima para rejeitar o projeto em Plenário. Paim explicou que isso seria algo inédito, porque esse tipo de acordo visa agilizar a aprovação de matérias e não a sua rejeição.

Outra hipótese é deixar tudo



Paulo Paim recebeu presidente e diretor do grupo RBS e conversou sobre projetos de interesse do Rio Grande do Sul

como está, com o partido com maioria na Casa, o PMDB, indicando um relator para a matéria. Segundo Paim, esse relator estaria incumbido de organizar um substitutivo que desconhecera o projeto atual, apresentando uma nova proposta de reforma trabalhista com base nos trabalhos da comissão especial.

A terceira hipótese, e a preferida do senador, é a negociação com o

Executivo para que envie ao Congresso Nacional um pedido de retirada do projeto. "Só que essa retirada terá que ser votada no Plenário do Senado, porque o projeto já foi aprovado na Câmara", explicou. É exatamente essa a proposta que ele começa a negociar com o ministro do Trabalho e com as lideranças, tentando assegurar também a aprovação de um projeto de reso-

lução para a instalação da comissão especial.

A principal crítica de Paim em relação ao projeto de reforma trabalhista aprovado na Câmara e em tramitação no Senado é a possibilidade de que os termos da livre negociação entre trabalhadores e empregadores possam prevalecer sobre os dispositivos da CLT. "Isso poderá significar o fim do estado

democrático de direito, porque irá predominar a negociação entre as partes, prevalecendo a mais forte", criticou Paim. Para o senador, o acordo entre as partes "é interessante desde que não fira a lei".

AUDIÊNCIA

O 1º vice-presidente do Senado recebeu ontem a visita do presidente do grupo Rede Brasil Sul (RBS), Nelson Sirotsky, e do diretor em Brasília, Paulo Tonner. No encontro, Sirotsky propôs a Paim que a bancada gaúcha se unisse em torno de questões e interesses do Rio Grande do Sul junto ao governo federal.

— Estamos conscientes de que o momento é de dificuldades e de arrocho orçamentário, mas é preciso encontrar um equilíbrio entre arrocho e obras imprescindíveis para o estado — afirmou Sirotsky.

Como exemplo, o empresário citou a duplicação da BR-101, no trecho entra a cidade catarinense de Palhoça e o município gaúcho de Osório. Ele colocou à disposição os veículos do grupo (rádios, TVs e jornais) para encaminhar o debate dessas questões. Paulo Paim disse que é muito importante a união da bancada em torno da defesa dos interesses do Rio Grande do Sul, acrescentando que conversará com os demais parlamentares.

Senador não vê motivo para salário mínimo inferior a R\$ 240

O 1º vice-presidente do Senado, Paulo Paim, voltou a afirmar ontem que, "se todos quiserem", não vê razão para que o valor do salário mínimo não chegue a R\$ 240.

— Se há vontade do presidente da República e se há vontade do Congresso Nacional, não há como prevalecer uma visão técnica. O Congresso mostrou as fontes de recursos para um salário mínimo de R\$ 240; o presidente Lula sinalizou um valor de pelo menos R\$ 240; se prevalecer apenas a visão técnica, a tendência do Congresso será aprovar os R\$ 240 e criar o primeiro desgaste político do novo governo — alertou.

Paim também defendeu a mudança da data de reajuste do salário mínimo, de 1º de abril para 1º de maio.

— O 1º de abril é conhecido como "dia da mentira" e o 1º de

maio é mundialmente conhecido como Dia do Trabalho — lembrou.

O senador explicou que a mudança e a unificação da data também têm um sentido prático, pois em 1º de abril altera-se o valor do salário mínimo para os trabalhadores ativos, enquanto os pensionistas e aposentados só vão ser reajustados em 1º de junho.

O vice-presidente do Senado considerou "um desgaste político desnecessário" a proposta do ministro da Fazenda, Antônio Palocci, de R\$ 234. Segundo Paim, o valor apresentado pela equipe econômica não garante a reposição da inflação no período de 12 meses contado desde o último aumento, como prevê a Constituição, se o índice de correção utilizado for o projetado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), que apura o Índice de Custo de Vida (ICV).

Hélio Costa quer perdão de multa para Minas

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) apelou ao governo federal para que perdoe ou acrescente ao principal da dívida do estado a multa de R\$ 36 milhões aplicada a Minas Gerais pelo descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal no ano passado. A multa está sendo cobrada à razão de R\$ 6 milhões mensais.

— Para o governo federal, esses R\$ 6 milhões mensais representam muito pouco, mas, para Minas Gerais, representam investimento em escolas e hospitais. Afinal, o estado atravessa uma gravíssima situação financeira — disse o senador.

Hélio Costa argumentou também com o artigo 4º da Resolução 45 do Senado Federal, que em 1998 estabeleceu as condições de pagamento da dívida dos estados com a União. Por esse artigo, quando os estados pagassem a mais pela dívida, não haveria reembolso, mas abatimento nas prestações futuras do pagamen-



Hélio Costa diz que multa de R\$ 36 milhões prejudica investimentos de Minas Gerais

to da dívida com a União.

— E Minas Gerais, no governo Eduardo Azeredo, pagou a mais cerca de R\$ 3 bilhões, em valores corrigidos. Quando as autoridades mineiras foram pedir o reembolso, o então ministro (da Fazenda) Pedro Malan argumentou que a Resolução 45 previa o desconto futuro, e não o reembolso. Queremos então a compensação, agora — confirmou Hélio Costa.

O senador elogiou a forma como o governo federal decidiu pelos cortes orçamentários, que, a seu ver, eram necessários.

— Minha preocupação diminuiu depois das audiências que tive em Brasília. Em Minas, por exemplo, a recuperação das estradas é fundamental para o escoamento da produção — lembrou Hélio Costa.

Segundo o senador, há a garantia de que só projetos novos serão atingidos, e não o plano de recuperação que está em andamento. O senador salientou que Minas Gerais tem a maior malha rodoviária do país, e também a mais abandonada de todas. O Triângulo Mineiro, o sul de Minas e o Vale do Aço dependem da recuperação das rodovias, disse.

— O estado já foi prejudicado demais ao usar de verba própria para recuperação de estradas federais, sem ter sido reembolsado por isso — concluiu Hélio Costa.